



A disciplina escolar Biologia: uma análise histórica através de uma revisão sistemática de dissertações e teses.

Camila Madeira Costa¹

Clara Virgínea Vieira Carvalho Oliveira Marques²

RESUMO

Os estudos sobre a história das disciplinas escolares (HDE) vem revelando como os conteúdos ensinados nas escolas se formaram e se transformaram ao longo do tempo, se tornando saberes escolares. Este artigo é uma revisão bibliográfica que buscou identificar as diferentes abordagens sobre a disciplina Escolar de Biologia no contexto brasileiro, por meio de análise de dissertações e teses que tratam da HDE na vertente da biologia publicadas nos últimos dez anos. A pesquisa utilizou-se da abordagem qualitativa, tratando e categorizando os dados em temas emergidos das publicações. Foram analisados um total de nove trabalhos, incluindo quatro dissertações e cinco teses, encontradas no catálogo de teses e dissertações da Capes e na Biblioteca digital brasileira de teses e dissertações (BDTD). Os resultados mostram que, desde suas origens ligadas à História Natural até as recentes reformas curriculares, a disciplina passou por transformações que revelam tanto sua historicidade quanto seu caráter dinâmico.

Palavras-chave: História da educação; Disciplinas escolares; Biologia escolar; História Natural

INTRODUÇÃO

Este artigo tem como objetivo fazer uma revisão da história do ensino das ciências naturais no Brasil, com ênfase no ensino da disciplina de Biologia, abordando ao longo da história fatos que marcaram o currículo dessa disciplina e passando por diferentes momentos da nossa história até os dias de hoje, com a implementação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC). É por meio dessa vertente que os estudos sobre a história das disciplinas escolares contam com contribuições de escritores como André Chervel (1990), Dominique Julia (2001, 2002), Ivor Goodson (1983, 1995, 1997) e Antonio Viñao (2008) realizou estudos a respeito das culturas escolares e da construção sócio-histórica das matérias. Ao examinar a trajetória de uma matéria escolar, Viñao (2008) destaca a relevância de atentar para: 1) o local, presença, denominações e relevância da disciplina nos planos de estudo; 2) metas e discursos

¹ Graduado pelo curso de Ciências Naturais - Biologia da Universidade Federal do Maranhão -UFMA, camila.mc@discente.ufma.br;

² Professor orientador: Pós-Doutorado. Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará - UNIFESSPA, clara.marques@ufma.br.



ANÁLISE DE PRÁTICAS E TAREFAS ESCOLARES

IX Seminário Nacional do PIBID

que legitimam a disciplina escolar; 3) os conhecimentos estabelecidos; 4) o perfil dos docentes das disciplinas; e 5) a análise de práticas e tarefas escolares. É fundamental analisar esses elementos levando em conta o contexto sociohistórico e as interações entre as disciplinas escolares, as ciências de referência e os objetivos sociais.

De acordo com Chervel (1990), a disciplina como sinônimo de matéria escolar é posterior à Primeira Guerra Mundial, estando constituída por um ensino de exposição, exercícios, práticas de motivação e de um conjunto de avaliações, tudo associado com as suas finalidades. Segundo o autor, as finalidades adotadas pela escola organizam suas disciplinas e se relacionam com políticas públicas para a educação, planos curriculares, planos de estudo e, principalmente, com as transformações de toda a instituição escolar.

No Brasil, ao longo dos séculos XIX e XX, travaram-se embates no ensino secundário em relação à predominância dos estudos clássico-humanísticos e científicos. O Imperial Colégio de Pedro II, primeira instituição pública brasileira de ensino secundário, criado em 1837 sob a influência dos liceus franceses e instituído para servir como colégio padrão e “centro difusor das ideias educacionais relativas ao ensino secundário” (Vechia, 2003, p. 83) no país, adotou um currículo enciclopédico com predominância das humanidades clássicas. Segundo Vechia e Lorenz, outros estabelecimentos de ensino secundário “[...] eram incentivados a adequar o seu currículo e programas aos do Colégio Pedro II, principalmente a partir de 1854, quando os exames preparatórios passaram a ser realizados em conformidade com os programas daquela instituição (1998, p. vii)”.

Nos primeiros séculos após a chegada dos portugueses ao Brasil, a educação era principalmente dirigida pelos jesuítas, que focavam na alfabetização e na catequese. . Nesse período, o ensino de Ciências era incipiente (Mendes et al., 2016, p. 55) ; no entanto havia algumas iniciativas realizadas fora da escola, como: em 1772 a criação da Sociedade Científica do Lavradio; em 1821, a abertura para o público das exposições do Museu Real, sediado no Campo de Santana – inaugurado em 1818, hoje conhecido como Museu Nacional da UFRJ, localizado na Quinta da Boa Vista (Schwartzman, 2009, p. 160); além disso, durante esse período, cientistas davam palestras para alguns membros da elite incluindo o próprio D. Pedro II.

Assim, o ensino de Biologia no Brasil passou por várias modificações ao longo de todos esses anos, modificações essas que foram motivadas principalmente de acordo com o contexto no qual o Brasil estava inserido. É nesse sentido que, a compreensão dos diferentes



contextos em que o país já vivenciou é de grande relevância para compreendermos os processos que motivaram a alteração no modo de ensinar a disciplina de Biologia.

Inteirando com essa ideia, Segundo Borba (2013, p. 11)

Não se comprehende a atual situação de um determinado objeto se não observamos os seus percursos durante a construção de sua própria história e as consequentes interfaces que são construídas à medida que se tem as características da sociedade, política e humanização dentro de um contexto altamente evolutivo e, portanto, instável.

Diante desse contexto, a autora destaca que, para compreender um determinado objeto de estudo, é necessário conhecer sua trajetória, isto é, os diversos caminhos que ele já percorreu. Ao entender sua história, torna-se possível delimitar as características do objeto e propor métodos de abordagem mais adequados, contribuindo para reduzir lacunas no campo de conhecimento a ele relativo. Diante do exposto, ressalta-se que o presente trabalho configura um recorte investigativo desenvolvido no programa de mestrado, destinado a averiguar a história da disciplina de Biologia no Brasil. Tomou-se como eixo de investigação a seguinte questão: o que vem sendo construído nos trabalhos acadêmicos nacionais acerca da História das disciplinas escolares (HDE) e do Ensino da Biologia face ao currículo escolar brasileiro?

METODOLOGIA

Trata-se de uma revisão sistemática de caráter qualitativo, inspirada em Okoli (2019) e sintetizada via Análise de Conteúdo (Bardin, 2016). A questão norteadora foi: quais abordagens, referenciais e evidências sobre a disciplina escolar de Biologia no Brasil emergem na última década (2015-2025) em teses e dissertações desenvolvidas no país, considerando políticas curriculares, culturas escolares e práticas docentes?

As buscas foram realizadas no Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES e na BDTD, incluindo apenas trabalhos completos, em português, com foco no contexto da educação básica brasileira.

A estratégia de busca combinou termos e operadores booleanos aplicados a título, resumo e palavras-chave, como: “história das disciplinas escolares” OR “história da disciplina” AND biologia AND currículo; “disciplina escolar” AND biologia AND (“ensino médio” OR “educação básica”); “história natural” AND biologia AND escola; biologia AND “saber





escolar” AND currículo. Os comandos usados foram: “disciplina AND escolar AND biologia AND história”; “biologia AND história AND disciplina AND currículo”.

Adicionando mais um operador booleano, pode-se incluir: NOT, para excluir termos indesejados, como por exemplo: currículo AND biologia AND história AND currículo NOT ensino superior. Aplicaram-se filtros por tipo (tese/dissertação), país (Brasil) e período (2015–2025). Critérios de inclusão: foco central na disciplina escolar de Biologia (ou História Natural com implicações explícitas para Biologia escolar), vínculo com currículo/políticas/práticas, acesso integral. Houve a exclusão de alguns materiais com base em: outros tipos de documentos fora do nosso objetivo, estudos do ensino superior ou de Biologia acadêmica, fora do recorte, duplicatas ou indisponíveis.

A análise dos trabalhos foi conduzida de maneira sistemática e em etapas complementares. Primeiramente, realizou-se a triagem inicial, composta pela leitura de títulos e resumos, com o objetivo de identificar a aderência dos estudos aos critérios estabelecidos. Em seguida, procedeu-se à leitura integral dos textos selecionados, etapa fundamental para confirmar a pertinência e garantir que não houvesse exclusão indevida de materiais relevantes. Na segunda etapa, foi realizada a extração das informações, padronizada em planilha previamente estruturada. Essa matriz contemplou os seguintes campos: autor/ano, nível de ensino abordado, instituição de origem (IES), objetivos declarados, referenciais teóricos mobilizados, métodos e fontes utilizadas, período histórico investigado, menções a documentos normativos (LDB, BNCC e reformas educacionais), eixos temáticos, principais achados, implicações e limitações apontadas. A padronização possibilitou a comparabilidade entre os estudos, enquanto a checagem amostral assegurou a consistência dos registros e reduziu possíveis vieses de extração. O rigor analítico foi acompanhado por meio de checklist formativo, construído para verificar aspectos centrais da qualidade dos trabalhos: clareza na formulação do problema, coerência entre referencial teórico e metodologia adotada, além da transparência na utilização das fontes e na explicitação da análise. Ressalta-se que não houve exclusão de produções com base nos escores atribuídos nesse checklist, sendo descartados apenas os casos em que se identificaram inconsistências graves, capazes de comprometer a validade da análise.

Por fim, os dados extraídos foram submetidos à análise de conteúdo segundo Bardin, em suas três fases clássicas: (i) pré-análise, destinada à organização do material e definição das unidades de registro; (ii) codificação e categorização, na qual os elementos foram agrupados



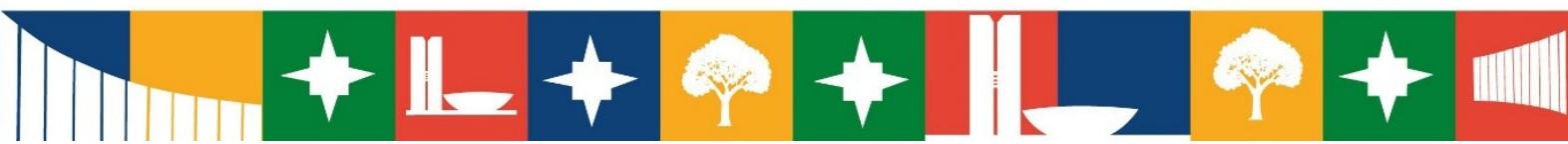
em torno de núcleos de sentido recorrentes; e (iii) interpretação, que consistiu na articulação entre as categorias empíricas e os referenciais teóricos. Foi a partir dessa última fase, e não de critérios anteriores, surgiram três principais temas que organizaram os resultados: (i) políticas e mudanças nos currículos, (ii) as mediações e práticas dos professores, e (iii) os projetos voltados à educação científica.

Os resultados são apresentados pela tabela 1, no qual está organizado os documentos dos quais foram selecionados para essa revisão. Os trabalhos estão apresentados por banco de dados consultado, os termos de busca usados, número total de trabalhos encontrados e número de trabalhos que se encaixaram no interesse de análise.

Tabela 1: Resultados da busca no Portal de Periódico e Catálogo da Capes

Base	Descritores / Comando (C)	Quantidade	Aproveitadas	Título / Tema do Material
CAPES	disciplina AND escolar AND biologia AND história	157	6	<p>D-Finalidades da disciplina escolar Biologia nas políticas curriculares (1996–2018)</p> <p>D-A renovação da disciplina escolar História Natural e Biologia no ensino secundário (1946–1965)</p> <p>D- O percurso da disciplina escolar Biologia no currículo das escolas públicas do Maranhão (1893–1943)</p> <p>T- A disciplina Biologia nas narrativas sobre mudanças curriculares no Ceará (1992–2016)</p> <p>T- A disciplina escolar Biologia na BNCC do Ensino Médio: expressões da pós-modernidade e do neoliberalismo</p> <p>T- História do currículo e da disciplina escolar Ciências (1960–1980): as “três vidas” de Nilza Vieira</p>
BDTD	Biologia OR história natural AND história das disciplinas AND currículo	220	3	<p>T-Condições culturais de inserção da História Natural na instrução pública do Pará (1851–1891)</p> <p>D- Currículo mínimo do Estado do Rio de Janeiro: reflexões sobre a disciplina Biologia</p> <p>T- A história da disciplina de História Natural: prescrições, conteúdos e materiais (1890 – 1930)</p>

Como pode-se observar, selecionou-se um total de nove trabalhos que englobam o período de 2015-2025. A partir da análise dos trabalhos selecionados, foram identificadas quatro categorias principais que orientaram a organização dos resultados: (i) Origens e Inserção da História Natural no Currículo, (ii) Transição da História Natural para Biologia e Reformas





Curriculares, (iii) Políticas Curriculares, Reformas e Diretrizes Oficiais, e (iv) Práticas Docentes, Mediações Didáticas e Contextos Regionais.
IX Seminário Nacional do PIBID

REFERENCIAL

Origens e Inserção da História Natural no Currículo (séculos XIX e início do XX)

Os trabalhos reunidos neste eixo mostram como a disciplina escolar História Natural foi introduzida e estruturada no Brasil entre a segunda metade do século XIX e as primeiras décadas do século XX, em meio a mudanças políticas, culturais e pedagógicas que marcaram a transição do Império à República. A tese de Marcelino Carmo de Lima (2023) intitulada por: *Condições culturais de inserção da História Natural na Instrução Pública do Pará (1851-1891)*, investiga o caso do Pará (1851–1891), ressaltando que a inserção da História Natural esteve ligada ao processo de modernização da educação imperial e republicana, marcado pela tentativa de alinhar a instrução pública às práticas científicas modernas, como a sistematização do ensino de zoologia, botânica e mineralogia. Segundo o autor, a disciplina foi usada como instrumento de civilização e progresso, aproximando a Amazônia dos ideais positivistas e republicanos. Os interesses políticos regionais apareciam na forma de disputas entre elites locais e o governo central, que viam no ensino científico um meio de legitimar o poder e de integrar a região aos projetos nacionais. A dissertação de Fabiana de Araujo Leite (2024) por tema: *O Percurso da disciplina escolar Biologia no currículo das escolas públicas do estado do Maranhão (1893-1943)*, por sua vez, examina o Maranhão (1893–1943), mostrando que a História Natural se configurava como disciplina central na formação dos alunos do ensino secundário, com forte influência de conteúdos ligados à higiene, à classificação dos seres vivos e à valorização da ciência como saber útil. O trabalho revela como as reformas curriculares nacionais (como a Reforma Francisco Campos³) foram apropriadas localmente, evidenciando tensões entre o modelo clássico-humanista e a inserção de saberes científicos no currículo maranhense .

Complementando esse panorama, a tese *A história da disciplina de História Natural: prescrições, conteúdos e materiais (1890 – 1930)*, de Andrezza Silva Cameski (2020) analisa o período de 1890 a 1930 em São Paulo, destacando a constituição da disciplina a partir de prescrições oficiais, conteúdos e materiais didáticos. Ela mostra que a História Natural se estruturava não apenas nas escolas, mas em diálogo com museus, naturalistas e objetos científicos. O ensino baseava-se na observação da natureza, muitas vezes com fins

³A reforma de Francisco Campos foi um conjunto de decretos promulgados em 1931 que reorganizou o ensino no Brasil, principalmente o ensino secundário, que passou a ter duração de sete anos dividida em cursos fundamental e complementar, e instituiu critérios unificados para o ensino superior e secundário



pedagógicos e cívicos, buscando formar cidadãos voltados ao progresso científico da República. Essa abordagem consolidava a História Natural como um espaço de convergência entre ciência e educação, preparando terreno para a posterior transformação em Biologia .

Desse modo no intuito de desvendar as finalidades do ensino de ciências na escola pública do final do século XIX, observa-se que na reforma do ensino primário não há grandes divergências no que se refere à importância do ensino de ciências para a formação do cidadão. Os laicos acreditam no valor educativo das ciências quando ensinadas por meio de observação e experimentação. Essa mesma tranquilidade não marca as discussões sobre a reforma do ensino secundário, travadas entre os próprios laicos: de um lado, os partidários das humanidades clássicas; de outro, os defensores do ensino utilitário. Em conjunto, os estudos revelam que a História Natural, na virada do século XIX para o XX, foi mais do que uma disciplina escolar, ela foi símbolo da modernidade científica, expressão das disputas políticas entre Império e República, e espaço de negociação entre culturas locais e projetos nacionais de educação.

Além disso, como destaca Galuch (2017, p. 25), a escolarização da História Natural não se limitou à simples transmissão de conteúdos científicos, mas foi marcada por finalidades mais amplas, de caráter moral, cívico e republicano: “*As virtudes morais e cívicas se apresentam como um conteúdo necessário à formação do cidadão, e a escola pública é vista como uma instituição apta para garanti-la, sobrepondo a educação à instrução. Firma-se, assim, o projeto de escola para todos, com claros objetivos que extrapolam o âmbito da escola. Há finalidades sócio-políticas presentes nas finalidades pedagógicas*” (Galuch, 2017, p. 25-26). Esse cenário mostra que, desde o começo, a História Natural sempre foi um espaço de debates e negociações. Havia uma tensão entre a tradição clássica e as novas descobertas científicas, e tudo isso ajudou a preparar o terreno para que ela evoluísse e se tornasse o que hoje conhecemos como Biologia.

Transição da História Natural para Biologia e Reformas Curriculares

Os estudos reunidos neste eixo analisam a passagem da História Natural para a disciplina Biologia, marcada por reformas educacionais, redefinições curriculares e novas concepções de ciência que transformaram o ensino secundário brasileiro ao longo do século XX. A tese de Rodrigo Cerqueira do Nascimento Borba (2021) *História do currículo e da disciplina escolar Ciências entre as décadas de 1960 e 1980*, investiga a trajetória da professora Nilza Vieira



entre as décadas de 1960 e 1980, revelando como sua prática docente dialogava com o Movimento de Renovação do Ensino de Ciências. A partir de entrevistas, documentos e memórias, Borba mostra que Nilza se constituiu como uma “professora intelectual”, engajada em práticas inovadoras de ensino e em disputas curriculares. Ela inseriu conteúdos de Ciências em suas aulas a partir de livros de autores renomados, como Valdemar de Oliveira, e de materiais do PSSC (Physical Science Study Committee), adaptando-os ao contexto das escolas públicas brasileiras. Além disso, introduziu noções de ecologia e educação ambiental antes mesmo que esses conteúdos aparecessem em prescrições oficiais, o que evidencia sua atuação pioneira na renovação curricular e sua preocupação com a formação cidadã dos estudantes. Já a pesquisa de Diego Adaylano Monteiro Rodrigues: *A disciplina Biologia nas narrativas sobre mudanças curriculares no Ceará (1992–2016)*, de 2020, foca na disciplina Biologia no Ceará entre 1992 e 2016, mas sua análise retrospectiva permite compreender como a consolidação da Biologia escolar ocorreu de forma processual ao longo do século XX. O autor destaca que, a partir da Reforma Francisco Campos (1931), a História Natural começou a dar lugar à Biologia, embora parte do corpo docente ainda resistisse à mudança. Nos anos 1940, os programas oficiais no Ceará já incorporavam conteúdos de fisiologia e citologia, consolidando a disciplina como área autônoma. Esse processo, no entanto, não foi linear: disputas curriculares opunham uma Biologia de caráter utilitarista, voltada à higiene, saúde pública e práticas agrícolas, a uma vertente mais acadêmica, destinada à preparação universitária. As narrativas de professores evidenciam tanto as pressões das políticas centralizadoras quanto os espaços de resistência e adaptação criados no cotidiano escolar.

Em conjunto, esses trabalhos evidenciam que a transição da História Natural para Biologia foi atravessada por processos de negociação entre reformas oficiais, práticas docentes e movimentos educacionais. Enquanto Borba (2021) mostra como a trajetória individual de Nilza Vieira refletia transformações coletivas no ensino de Ciências — ao introduzir conteúdos de ecologia e educação ambiental antes de sua oficialização curricular e ao adaptar obras de autores renomados ao contexto brasileiro — Rodrigues (2020) explicita as tensões entre políticas curriculares e experiências escolares no Ceará, apontando que, embora a disciplina tivesse iniciado sua consolidação com a Reforma Francisco Campos (1931), apenas nos anos 1940 ganhou corpo nos programas oficiais com a inclusão de fisiologia e citologia. Esses exemplos demonstram que a disciplina Biologia não nasceu pronta, mas foi sendo configurada em meio a disputas pedagógicas, políticas e culturais, consolidando-se como um campo dinâmico em constante reinvenção.





Políticas Curriculares, Reformas e Diretrizes Oficiais

X Encontro Nacional das Licenciaturas

IX Seminário Nacional do PIBID

Os estudos reunidos neste eixo analisam como a disciplina escolar Biologia foi moldada por políticas educacionais, diretrizes oficiais e reformas curriculares, especialmente no período recente, quando a LDB, os PCNs e a BNCC passaram a orientar fortemente a organização do ensino médio. A dissertação de Ana Carolina Oliveira (2021), *Finalidades da disciplina escolar Biologia nas políticas curriculares (1996–2018)*, examina a trajetória da disciplina ao longo de mais de duas décadas de políticas nacionais, mostrando como a Biologia foi progressivamente associada à formação cidadã, ao desenvolvimento de competências e à preparação para o trabalho, em consonância com o ideário da pós-modernidade e do neoliberalismo. A autora evidencia as disputas em torno das finalidades formativas da disciplina, ora voltadas para a formação crítica, ora subordinadas a demandas pragmáticas. Na mesma direção, a dissertação de Gisele Lopes dos Santos (2017) sobre o *Curriculo mínimo do estado do Rio de Janeiro* discute a implementação de prescrições estaduais, mostrando como a disciplina de Biologia foi regulada por parâmetros uniformizadores, que buscavam garantir “equidade”, mas acabaram por reduzir a autonomia docente e simplificar conteúdos. O estudo traz uma análise crítica da distância entre a proposta oficial e as condições reais das escolas.

Complementando esse panorama, a tese de Tiago Rodrigues da Silva (2022), *A renovação da disciplina escolar História Natural e Biologia no ensino secundário (1946–1965)*, recupera o momento anterior às políticas contemporâneas para mostrar como, já nas décadas de 1940 a 1960, a disciplina passou por um processo de renovação que antecipava dilemas atuais. Ao analisar as prescrições curriculares e os materiais didáticos do período, o autor destaca as disputas entre uma Biologia voltada à formação científica e uma perspectiva mais utilitarista. Em conjunto, esses trabalhos revelam que a disciplina Biologia, no Brasil, foi sendo constantemente redefinida pelas políticas educacionais, ora como espaço de formação crítica, ora como instrumento de adequação às demandas sociais e econômicas. As reformas e diretrizes oficiais, ao mesmo tempo em que buscaram modernizar o currículo, também geraram tensões entre padronização e autonomia, revelando o caráter político do ensino de Biologia.

Práticas Docentes, Mediações Didáticas e Contextos Regionais

Os estudos incluídos neste eixo concentram-se nas práticas escolares, materiais didáticos e experiências regionais, evidenciando como a Biologia foi apropriada em contextos locais e



como professores e redes de ensino negociaram sua implementação. A tese de Gilmar Beserra de Farias (2020), que analisa a ^X presen^a da História Natural em Pernambuco a partir dos livros didáticos de Valdemar de Oliveira (1939–1965), mostra como os materiais de ensino foram fundamentais na constituição da disciplina. Ao investigar as obras desse autor, o trabalho evidencia que os livros não apenas transmitiam conteúdos científicos, mas também refletiam valores culturais e sociais, contribuindo para consolidar uma visão específica da Biologia escolar. Esse estudo indica que a disciplina não se construiu apenas a partir de políticas curriculares centralizadas, mas também por meio da atuação de intelectuais regionais, da circulação de materiais didáticos e das práticas cotidianas dos professores. O caso de Pernambuco exemplifica como a Biologia escolar se configura em meio a redes locais de saber, atravessadas por influências científicas internacionais e pelas condições próprias da realidade brasileira. Assim, os trabalhos deste eixo evidenciam que compreender a história da disciplina Biologia exige olhar para além das reformas nacionais, valorizando o papel das práticas docentes, das mediações pedagógicas e dos contextos regionais na constituição do saber escolar. Os estudos reunidos neste eixo analisam como a disciplina escolar Biologia foi moldada por políticas educacionais, diretrizes oficiais e reformas curriculares, especialmente no período recente, quando a LDB, os PCNs e a BNCC passaram a orientar fortemente a organização do ensino médio. A dissertação de Ana Carolina Oliveira (2021), *Finalidades da disciplina escolar Biologia nas políticas curriculares (1996–2018)*, analisa a trajetória da disciplina ao longo de mais de duas décadas de políticas nacionais, mostrando como a Biologia foi progressivamente associada à formação cidadã, ao desenvolvimento de competências e à preparação para o trabalho, em consonância com o ideário da pós-modernidade e do neoliberalismo. A autora evidencia as disputas em torno das finalidades formativas da disciplina, ora voltadas para a formação crítica, ora subordinadas a demandas pragmáticas.

Na mesma direção, a dissertação de Gisele Lopes dos Santos (2017) sobre o *Curricular mínimo do estado do Rio de Janeiro* discute a implementação de prescrições estaduais, mostrando como a disciplina de Biologia foi regulada por parâmetros uniformizadores, que buscavam garantir “equidade” mas acabaram por reduzir a autonomia docente e simplificar conteúdos. O estudo traz uma análise crítica da distância entre a proposta oficial e as condições reais das escolas.





Complementando esse panorama, a tese de Tiago Rodrigues da Silva (2022), *A renovação da disciplina escolar História Natural e Biologia no ensino secundário (1946–1965)*, recupera o momento anterior às políticas contemporâneas para mostrar como, já nas décadas de 1940 a 1960, a disciplina passou por um processo de renovação que antecipava dilemas atuais. Ao analisar as prescrições curriculares e os materiais didáticos do período, o autor destaca as disputas entre uma Biologia voltada à formação científica e uma perspectiva mais utilitarista. Em conjunto, esses trabalhos revelam que a disciplina Biologia, no Brasil, foi sendo constantemente redefinida pelas políticas educacionais, ora como espaço de formação crítica, ora como instrumento de adequação às demandas sociais e econômicas. As reformas e diretrizes oficiais, ao mesmo tempo em que buscaram modernizar o currículo, também geraram tensões entre padronização e autonomia, revelando o caráter político do ensino de Biologia.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise empreendida nesta revisão sistemática evidenciou que a disciplina escolar Biologia, no Brasil, foi se constituindo de maneira processual, marcada por disputas, negociações e ressignificações em diferentes contextos históricos. Os trabalhos revisados mostram que, desde suas origens ligadas à História Natural até as recentes reformas curriculares, a disciplina passou por transformações que revelam tanto sua historicidade quanto seu caráter dinâmico.

Ao longo da história da Educação em Biologia no Brasil, diferentes estudos mostram que a disciplina se consolidou dentro de projetos civilizatórios influenciados pelo positivismo e pela busca por modernização na República. Os conteúdos abordados, como higiene e classificação de seres vivos, refletiam interesses práticos e as tensões entre tradições humanistas e os novos conhecimentos científicos que surgiam. A transição da História Natural para a Biologia aconteceu de forma gradual, especialmente a partir dos anos 1940, marcada por disputas entre opiniões mais utilitaristas e outras mais acadêmicas. Algumas práticas inovadoras dos professores na época anteciparam debates que continuam atuais, trazendo temas como ecologia e educação ambiental. Entre 1996 e 2018, a Biologia passou a focar mais na formação de cidadãos críticos, influenciada pelo neoliberalismo. Nesse período, também houve tentativas de padronizar o currículo, o que acabou diminuindo a autonomia dos professores na escolha do conteúdo. Em conjunto, os trabalhos demonstram que a disciplina Biologia não nasceu pronta, mas foi se constituindo em meio a tensões permanentes entre tradição humanista e ciência moderna, entre padronização e autonomia, entre finalidades



IX Seminário Nacional do PIBID
IX Seminário Nacional do PIBID

críticas e demandas pragmáticas. Tais disputas, longe de representarem entraves, foram constitutivas do processo de configuração da disciplina, que se mostra dinâmica e em constante reinvenção.

Nesse sentido, compreender sua historicidade amplia a leitura dos desafios contemporâneos, como a implementação da BNCC, e aponta para a necessidade de novas investigações que considerem tanto a apropriação das políticas nacionais quanto as práticas docentes e os contextos regionais. Assim, conhecer a trajetória da Biologia escolar não significa apenas recuperar seu passado, mas oferecer subsídios críticos para pensar alternativas de ensino que valorizem sua dimensão cidadã, formativa e socialmente comprometida.

REFERÊNCIAS

- CHERVEL, André. História das disciplinas escolares: reflexões sobre um campo de pesquisa. **Teoria & educação**, v. 2, n. 2, p. 177-229, 1990.JULIA, Dominique. A cultura escolar como objeto histórico. 2001, 2002.
- GOODSON, Ivor F. **School subjects and curriculum change**. Routledge, 2013.VIÑAO, Antonio. Culturas escolares, reformas e inovação. 2008.
- VECHIA, Ariclê; LORENZ, Karl Michael. O Colégio de Pedro II e a formação da mocidade brasileira (1838-1889). **Cadernos de História da Educação**, v. 14, n. 1, p. 19-37, 2015.MENDES, et al. História do ensino de Ciências no Brasil. 2016.
- SCHWARTZMAN, Simon et al. **Formação da comunidade científica no Brasil**. São Paulo: Financiadora de Estudos e Projetos, 1979.BORBA, Rodrigo Cerqueira do Nascimento. História do currículo e da disciplina escolar Ciências entre as décadas de 1960 e 1980. 2009, 2013, 2021.
- RODRIGUES, Diego Adaylano Monteiro et al. **A disciplina biologia nas narrativas sobre as mudanças curriculares no Ceará (1992-2016)**. 2020.GALUCH, Maria Terezinha. História da disciplina escolar e a constituição de saberes. 2017.
- OKOLI, Chitu; SCHABRAM, Kira. **A guide to conducting a systematic literature review of information systems research**. 2015.BARDIN, Laurence. Análise de conteúdo. 2016.
- ALVES, José Jerônimo de Alencar et al. **Condições culturais de inserção da história natural na instrução pública do Pará (1851-1891)**. 2023..
- LEITE, Fabiana de Araujo et al. **O percurso da disciplina escolar biologia no currículo das escolas públicas do estado do Maranhão (1893-1943)**. 2024.
- CAMESKI, Andrezza Silva. **A história da disciplina de História Natural**: prescrições, conteúdos e materiais (1890-1930). 2020.
- FARIAS, Gilmar Beserra de. **A disciplina escolar História Natural em Pernambuco e os livros didáticos de Valdemar de Oliveira (1939-1965)**. 2020.
- OLIVEIRA, Ana Carolina Pereira de. **Finalidades da disciplina escolar biologia nas políticas curriculares (1996-2018)**. 2021.



SANTOS, Gisele Lopes do et al. **Curriculo mínimo do Estado do Rio de Janeiro**: reflexões sobre a disciplina biologia. 2017.

X Encontro Nacional das Licenciaturas
IX Seminário Nacional do PIRID

SILVA, Tiago Rodrigues da. **A renovação da disciplina escolar história natural e biologia no ensino secundário (1946-1965)**. 2022.

